



ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Toda legislação deve ser considerada com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação deste edital de abertura de inscrições. Legislação com entrada em vigor após a publicação deste edital de abertura de inscrições poderá ser utilizada, quando superveniente ou complementar a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação da prova. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressas no(s) conteúdo(s) programático(s).

BLOCO I – Língua Portuguesa

12 (doze) questões:

1. Interpretação e inteligência de texto.
2. Ortografia oficial.
3. Acentuação gráfica.
4. Pontuação.
5. Emprego de classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.
6. Vozes verbais: ativa e passiva.
7. Colocação pronominal.
8. Concordância verbal e nominal.
9. Regência nominal e verbal.
10. Ocorrências de crase.
11. Sinônimos, antônimos e parônimos.
12. Sentido próprio e figurado das palavras.
13. Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas.

BLOCO II – Conhecimentos Específicos

40 (quarenta) questões:

Desenvolvimento psicológico: infância e adolescência. A formação e o rompimento dos laços afetivos. A importância dos cuidados do ambiente e as consequências das falhas ambientais. O papel da agressividade no desenvolvimento humano. A família e suas diferentes configurações. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos, violência doméstica. A criança e a separação dos pais. Aspectos psicossociais do fenômeno da violência. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Prática profissional e relações raciais, de classe e gênero. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente. As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente. A criança e o adolescente nos serviços de acolhimento. A colocação em família substituta. Adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativas Depoimento Especial. Justiça Restaurativa. O psicólogo no atendimento aos casos nas Varas da Infância e da Juventude, nas Varas da Família e das Sucessões, Violência Doméstica e ao Idoso. Avaliação Psicológica: instrumentais e sua prática na instituição judiciária. A entrevista psicológica. Elaboração de documentos escritos: laudos, relatórios e pareceres psicológicos. O lugar do saber psicológico na instituição judiciária. Ética profissional.

Elaboração de texto com tema relacionado aos temas apontados no edital de modo que seja possível aferir a habilidade em elaborar documentos escritos necessária à atuação do psicólogo no judiciário.

BIBLIOGRAFIA

- 1) BIANCHI SILVA, R.; OSAWA, R. T. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. *Psicoperspectivas*, v. 19, n. 2, p. 129-141, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242020000200129>
- 2) BLEGER, J. *Temas de Psicologia – Entrevistas e grupos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- 3) BOWLBY, J. *Formação e Rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Editora, 2015.
- 4) BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H. S. (Org.). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2011.
- 5) CATTANI, B. C. A entrevista com crianças em Varas de Família. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). *Avaliação Psicológica em Contexto Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 219-228.
- 6) CHAVES, V.P.; SILVA, P.S., FRIZZO, G.B. Avaliação para Habilitação à Adoção. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). *Avaliação Psicológica em Contexto Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 167-180.
- 7) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf>
- 8) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Varas de Família*. Brasília: CFP, 2019. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BR84-CFP-RefTec-VarasDeFamilia_web1.pdf>
- 9) FALCKE, D. Avaliação Psicológica na Violência Intrafamiliar. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). *Avaliação Psicológica em Contexto Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 297-308.



10) FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau editora, 2014.

11) GUIA OPERACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. ALANA e MPSP, 2020. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/GuiaOperacionalInfanciaMPSP.pdf>>

12) GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de Proteção Social na Comunidade: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede. In: Redes de Proteção Social. São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. p. 11-29. Disponível em: <<https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>>

13) LEVISKY, R.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal – Vol. 2. São Paulo: Zagodoni, 2014.

14) LOURENÇO, A. S.; SHINE, S.; ORTIZ, M. C. M. Produção de documentos em psicologia: práticas e reflexões teórico-críticas. São Paulo: Vetor, 2021.

15) PEITER, C. Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva – São Paulo: Zagodoni Editora, 2016.

16) PEITER, C.; PAIVA, L. D.; SILVA, M. R. Atendimento Psicanalítico na Adoção. São Paulo: Zagodoni, 2017.

17) PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. A. O Relatório Psicossocial na Avaliação do Adolescente Infrator. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 193-204.

18) RAMIRES, V. R.R. Avaliação psicológica de crianças que resistem ao contato parental. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 229-246.

19) ROVINSKI, S. L. R. O papel de perito e de assistente técnico. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 41-52.

20) SANT'ANNA, T. C.; PENSO, M. A. A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 33, p. 1–11, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427>>

21) SANDERSON, C. Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças de Abusos Sexuais. São Paulo: M.Books Editora, 2005.

22) SHINE, S.; FERNANDES, M. Avaliação em Situações de Regulamentação de Guarda e Direito de Convivência. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. Porto Alegre: Artmed, 2020 p. 207-228.

23) SILVA, C.F.S *et al.* Violência contra o idoso na Família: Possibilidades de Avaliação. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 328-343.

24) SILVA, E.Z.M.; DIAS, M. L. Novas Demandas de Avaliação Psicológica em Varas de Família. In: HUTZ, C. S. *et al.* (Org.). Avaliação Psicológica em Contexto Forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 247-262.

25) SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.; PINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 2, p. 323- 334, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>>

26) WINNICOTT, D. W. Privação e Delinquência São Paulo, WMF, Martins Fontes, 2012.

27) ZEHR, H. Justiça Restaurativa (Série da Reflexão à ação). São Paulo: Palas Athena: 2012.

LEGISLAÇÃO

CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO – Disponível em:

<<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>

RESOLUÇÃO CFP 06/2019 COMENTADA - ORIENTAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS ESCRITOS PRODUZIDOS PELA(O) PSICÓLOGA(O) NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – Disponível em:

<<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
CAPÍTULO II - Dos Direitos Sociais
TÍTULO VIII - Da Ordem Social
CAPÍTULO II - Da Seguridade Social
CAPÍTULO VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso
Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

CÓDIGO CIVIL - Lei nº 10.406/2002

Arts. 1511 a 1638; 1694 a 1727 e 1728 a 1783.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>



DEPOIMENTO ESPECIAL - Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 – Estabelece o Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 299, de 05 de novembro de 2019 – Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência, de que trata a Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original000346201912045de6f7e29dcd6.pdf>>

DECRETO FEDERAL nº 9603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm>

LEI MARIA DA PENHA - Lei nº 11.340/2006

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. “Dos auxiliares do juízo”, “Rede de atendimento” e “Anexos”. In: _____. Manual de rotinas e estruturação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2ª Ed. Brasília: CNJ, 2018. p. 47-90. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/b3f18ac2f32a661bd02ca82c1afbe3bb.pdf>>

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 13.146/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Lei nº 13.105/2015

Arts. 144 a 149, 156 a 158, 464 a 480, 693 a 699, 747 a 765.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>

GUARDA COMPARTILHADA - Lei nº 11.698/2014

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm>

NOVA GUARDA COMPARTILHADA - Lei nº 13.058/2014

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm>

ALIENAÇÃO PARENTAL – Lei nº 12.318/2010

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS – Lei nº 12.435/2011

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – Lei nº 12.594/2012

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA – Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>

POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO – Resolução 225/2016 (CNJ)

Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado2111032022061062a3b36793e56.pdf>>

ESTATUTO DO IDOSO – Lei nº 10.741/2003

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>

BLOCO III – Conhecimentos Gerais

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

05 (cinco) questões

1. Fatos políticos, econômicos, sociais, culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 1º semestre de 2023, divulgados na mídia local e/ou nacional.
2. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68) – artigos 239 a 307.
3. Lei Federal 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) artigos 1º ao 11º.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

03 (três) questões

MS-Windows 10 **ou superior**: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos do **Microsoft-365**. **MS-Word**: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. **MS-Excel**: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas. **MS-Teams**: chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho em equipe: Word, Excel, PowerPoint, SharePoint e OneNote, agendamento de reuniões e gravação. **OneDrive**: armazenamento e compartilhamento de arquivos. **Correio Eletrônico**: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. **Internet**: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA****10 (dez) questões, sendo: 06 (seis) questões de raciocínio lógico e 04 (quatro) questões de matemática.**

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.
2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
3. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos – operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal, razão e proporção, regra de três simples e composta, unidades de medida, porcentagem); raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.
4. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

ANEXO IV**DO REQUERIMENTO DE USO DO NOME SOCIAL**

<p>Eu, _____ (nome civil do(a) interessado(a)), portador(a) do documento de identidade/R.G nº _____, órgão expedidor _____, UF _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, solicito o uso do meu nome social _____ (indicação do nome social), no Concurso Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de Psicólogo Judiciário, para a Comarca de São Paulo (Capital) e para a 11ª e 43ª Circunscrições Judiciárias, ficando ciente que nome civil continuará sendo utilizado nas publicações oficiais.</p> <p style="text-align: center;">Cidade/UF, em ____ de _____ de 2023</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do(a) candidato(a)</p>

Subseção XI - Enquadramento, Incorporações e Ações Judiciais**Ações Judiciais**

Declarando que, **em cumprimento à r. Decisão proferida nos autos da Ação Judicial interposta por ANA MARGARIDA ALVES BARBOSA e Outros – Processo nº 0016349-36.2011.8.26.0053**, a ANA MARGARIDA ALVES BARBOSA, matrícula nº 356.301-A, Escrevente Técnico Judiciário, a partir de 01.08.2006 foi reconhecido o direito à incidência dos adicionais quinquenais sobre os vencimentos integrais, salvo as parcelas eventuais.

Declarando que, **em cumprimento à r. Decisão proferida nos autos da Ação Judicial interposta por ANA MARGARIDA ALVES BARBOSA e Outros – Processo nº 0016349-36.2011.8.26.0053**, a DIRCE APARECIDA ANTUNES, matrícula nº 92.718-J, Escrevente Técnico Judiciário, a partir de 12.05.2006 (observada a prescrição quinquenal) foi reconhecido o direito à incidência dos adicionais quinquenais sobre os vencimentos/proventos integrais, salvo as parcelas eventuais.

Declarando que, **em cumprimento à r. Decisão proferida nos autos da Ação Judicial interposta pela interessada – Processo nº 1004879-45.2022.8.26.0363**, a AURORA DE JESUS ZULIANI FRANCO, matrícula nº 306.197-A, Escrevente Técnico Judiciário, a partir de 28.11.2017 (observada a prescrição quinquenal), foi reconhecido o direito à inclusão do Abono de Permanência na base de cálculos do terço constitucional de férias e da licença prêmio eventualmente convertida em pecúnia.

Declarando que, **em cumprimento à r. Decisão proferida nos autos da Ação Judicial interposta por DELSON RIBEIRO e Outros – Processo nº 0610373-04.2008.8.26.0053**, aos servidores abaixo relacionados foi reconhecido o direito ao recálculo de seus vencimentos/proventos nos termos da Lei Federal nº. 8.880/1994, sob o índice a ser apurado em fase de liquidação, com o recebimento das diferenças respectivas, limitado ao período entre a prescrição quinquenal e a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 1.111/2010 que promoveu a reestruturação dos cargos e carreiras dos servidores do quadro deste E. TJSP.

Escrevente Técnico Judiciário:

ANA FLAVIA CLARO, 306.542-A;
ELIZABETH TOKUDA PEREIRA, 89.788-F;
JOSE SALES DE OLIVEIRA, 316.972-A;
PAULO ROGERIO LINHARES, 120.727-A.

Oficial de Justiça:

DELSON RIBEIRO, 36.522-J;
JOSE CARLOS DE SOUZA BARBOZA, 304.255-J;
MAGALI MARINHO PEREIRA, 316.754-A;
PEDRO CESAR VIANA, 308.962-A;
RAUL CESAR FERIANCE, 27.549-J;
ROSELI CHIARELLA, 302.613-J.